



VPSHR

VOLUNTARY PRINCIPLES
SECURITY
AND HUMAN RIGHTS

IN CABO DELGADO BULLETIN

MULTI-STAKEHOLDER PLATFORM FOR DIALOGUE

GUARDIÃO DA DEMOCRACIA | www.cddmoz.org

Terça - feira, 2 de Fevereiro de 2021 | Ano 1, n.º 5 | Director: Prof. Adriano Nuvunga | Português

Governador de Cabo Delgado destaca importância de colocar a província no centro do debate sobre direitos humanos



Valige Tauabo, Governador de Cabo Delgado



Coronel Omar Saranga, Director da Política Nacional de Defesa

// Fortalecimento do apoio de nível provincial para a implementação dos VPSHR em Cabo Delgado” foi o tema do segundo *webinar* organizado pelo CDD no âmbito da iniciativa apoiado pelo Governo do Reino Unido e que visa promover e facilitar a implementação efectiva dos Princípios Voluntários sobre Segurança e Direi-

tos Humanos (VPSHR, sigla em inglês) em Moçambique, com particular enfoque na Província de Cabo Delgado, para minimizar o risco de abusos de direitos humanos e incidentes relacionados à segurança nas comunidades, e promover a transparência e as boas práticas de responsabilidade social corporativa.

E porque o foco é Cabo Delgado, o *webinar* da semana passada contou com a participação do Governador da Província, Valige Tauabo. Intervindo no debate, o governante começou por destacar a importância da iniciativa do CDD que, nas suas palavras, coloca Cabo Delgado no centro das discussões sobre a implementação efectiva dos VPSHR e encoraja a participação, não só das autoridades, mas também de outras entidades que operam na Província.

Através da “Plataforma de Diálogo: Negócios, Segurança e Direitos Humanos”, Valige Tauabo acredita que os desafios que Cabo Delgado serão discutidos por especialistas que irão apresentar alternativas viáveis para o desenvolvimento económico e social da província sem negligenciar o respeito pelos direitos humanos. “Este *webinar* abre as portas para Cabo Delgado expor o seu potencial e mobilizar investimentos que permitem gerar mais empregos e promovam o autoemprego e melhorem os rendimentos da nossa população”.

O Governador de Cabo Delgado espera que os investimentos em curso e futuros na bacia do Rovuma e em outras partes da província promovam o desenvolvimento do conteúdo local, beneficiando preferencialmente as empresas locais e criando mais emprego para os jovens como forma de evitar a sua adesão a movimentos extremistas. “A nossa perspectiva é de que o desenvolvimento dos recursos naturais de Cabo Delgado deve ser feito em condições que garantam a participação de todos os actores, dando prioridade à população local para evitar assimetrias”.

Por sua vez, o coronel Omar Saranga, Director Nacional da Política de Defesa no Ministério da Defesa Nacional, defendeu que

os Princípios Voluntários constituem uma das ferramentas de referência na actuação das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM), e destacou o esforço institucional que é feito para que os direitos humanos sejam observados e exercidos em qualquer circunstância.

“O nosso militar está obrigado ao conhecimento e à deontologia para perceber para quê é que usa a força, em que medida usa a força, e quando legitimamente pode usar a força. É também obrigado à premissa de lealdade ao Estado que serve, tendo como fundamento que o Estado se representa através das leis que emana e essas leis congregam princípios de direitos humanos”.

O Director Nacional da Política de Defesa disse que as FADM são “permanentemente adestradas” para cumprir com o que está plasmado no Direito Internacional Humanitário, tendo em consideração que o Estado moçambicano ratificou instrumentos jurídicos multilaterais em matéria dos direitos humanos. “O Direito Internacional Humanitário ou Direito Internacional dos Conflitos Armados serve como orientação dos nossos militares e alicerça-se em cinco princípios básicos: princípio da distinção, da limitação, da proporcionalidade, da necessidade militar, e da humanidade. Portanto, há um esforço institucional para que os Princípios Voluntários sejam exercidos em todo o território nacional”.

O coronel Omar Saranda lançou um apelo às organizações nacionais e internacionais que trabalham na área dos direitos humanos a reportarem com evidências qualquer incidente relacionado com os direitos humanos ao Ministério da Defesa Nacional.

CNDH diz que FDS têm fraco conhecimento das normas de segurança e direitos humanos



Luís Bitone, Presidente do CNDH

Em Moçambique, a entidade estatal que tem o mandato de promover e proteger os direitos humanos e monitorar o Mecanismo de Prevenção e Combate à Tortura é o Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH). No debate da semana passada, o CNDH esteve representado pelo seu Presidente, Luís Bitone, que fez saber que a comissão já se deslocou várias a Cabo Delgado para monitorar até que ponto os grandes investimentos não estão a criar situações de violação dos direitos humanos das comunidades, mas também para divulgar as boas práticas internacionais de investimentos e direitos humanos.

Quando o conflito armado eclodiu, a CNDH foi ao terreno para monitorar as suas consequências em relação aos direitos humanos. "Monitoramos a questão de deslocados que estão em Cabo Delgado e outras províncias, como Nampula, Niassa e Zambézia. Fomos também monitorar algumas alegações de violações dos direitos humanos por parte das Forças de Defesa Segurança (FDS) que surgem em alguns relatórios internacionais e nas redes sociais. Verificamos também até que ponto as vítimas do conflito recebem assis-

tência psicológica, pois a guerra causa graves consequências emocionais nas pessoas".

E uma das constatações das visitas feitas pela CNDH é o sentimento generalizado de insegurança das comunidades e a falta de condições básicas para os deslocados. "Há um esforço por parte das autoridades, organismos internacionais e nacionais, mas as condições tornam-se poucas devido ao número cada vez mais elevado de deslocados".

A CNDH constatou também que entre as partes envolvidas no conflito há um fraco conhecimento das normas de segurança e direitos humanos, incluindo os VPSHR. "Temos a Convenção de Kampala sobre deslocados internos que tem normas muito importantes, mas o conhecimento local é ainda fraco. Por isso, achamos que a aposta de divulgação desses instrumentos deve ser para todos nós, a partir das FDS, Governo provincial, organismos estatais e organizações da sociedade civil. É importante que as partes tenham plena consciência de todos os instrumentos sobre direitos humanos que nos guiam em tempos de conflito".

O Presidente do CNDH reconhece, porém, que nem sempre é fácil monitorar os excessos de alguns membros das FDS no conflito. "O desafio é trabalhar para que no terreno não haja violações dos princípios da Política de Defesa e Segurança. O mais importante é não permitir que as violações sejam prática e actos de indisciplina por parte de alguns membros das FDS".

Luís Bitone fez notar que o Estado é o grande responsável pela protecção dos direitos humanos, mas as empresas também têm a obrigação de respeitar os direitos humanos. "Isto significa que as multinacionais que operam em Cabo Delgado devem promover e respeitar os instrumentos nacionais e internacionais de direitos humanos".

Na componente responsabilidade, os órgãos de administração da justiça devem estar capacitados para ter conhecimento e domínio de instrumentos nacionais e internacionais de direitos humanos, e poder aplicá-los para responsabilizar aqueles que cometem violações de direitos humanos no País.

Reino Unido olha para os VPSHR como ferramenta importante de promoção dos direitos humanos



Alexandra Sheppard, vice-Alta Comissária do Comissariado Britânico em Maputo

A vice - Alta - Comissária do Alto Comissariado Britânico em Moçambique, Alexandra Sheppard, lembrou que o Reino Unido olha para os VPSHR como uma plataforma em que os Governos, as empresas e as organizações da sociedade civil podem trabalhar em conjunto para evitar violação de direitos humanos ou incidentes relacionados com a insegurança das comunidades.

Alexandra Sheppard destacou a presença no debate de representantes de Estado e do Governo a vários níveis como prova do comprometimento de Moçambique com a implementação efectiva dos VPSHR. "O Governo do Reino Unido olha para os VPSHR como uma ferramenta importante de promoção de direitos humanos e reconhece que devem ser im-

plementados de forma combinada com outro tipo políticas públicas para gerarem o impacto desejado. Estamos a desenhar uma estratégia de desenvolvimento de capital humano especificamente para a Província de Cabo Delgado".

Aliás, a vice - Alta - Comissária britânica disse que o Reino Unido olha para Cabo Delgado com especial atenção devido à crise humanitária e às oportunidades de investimento existentes que podem concorrer para o desenvolvimento de outras áreas, como energias renováveis, agricultura e turismo, em prol da inclusão social. "Em 2019, o embaixador de direitos humanos do Reino Unido visitou Moçambique e durante a sua estada partilhou informações relacionadas com a utilidade dos VPSHR com Governo, sociedade civil e sector privado".

“

“Em 2019, o embaixador de direitos humanos do Reino Unido visitou Moçambique e durante a sua estada partilhou informações relacionadas com a utilidade dos VPSHR com Governo, sociedade civil e sector privado”.

”

Kaveh Shahrooz, Vice - Presidente do Secretariado dos VPSHR



“Quando uma empresa entre numa nova área de jurisdição deve saber se existem riscos de violência, quais são os grupos

vulneráveis, o que é que dizem as leis locais em relação a questões operacionais. Os VPSHR falam sobre o que as empresas precisam de saber para minimizar o risco de violência. Eles melhoram a interacção entre as empresas e Governos, permitem que ambos possam abordar a segurança e questões de direitos humanos, permitem que as empresas possam incorporar a componente de direitos humanos nos seus tratados e contratos de investimentos. A interacção com as comunidades também é importante porque permite a redução do risco de conflitos. Gostaria de encorajar o Governo de Moçambique a candidatar-se para membro de governação dos VPSHR. Gostaria de discutir isso convosco e nós podemos ajudar a vossa adesão. O processo começa com a decisão do Governo, submetendo uma carta de intenções”.

Mirna Adjami, Centro de Genebra para Governação do Sector de Segurança (DCAF, sigla em inglês)



“O respeito pelos direitos humanos é um aspecto muito importante que está ligado ao desenvolvimento. E isso requer a disponibilidade de recursos para criação de grupos de Princípios Voluntários e o apoio governamental para que as empresas possam responder às questões de negócios, segurança e direitos humanos. Nós promovemos a segurança nacional, mas também olhamos para questões regulamentares. Percebemos que os serviços de segurança têm alguns constrangimentos, daí que é preciso complementar com formação para que os actores relevantes possam estar devidamente equipados. No ano passado publicamos um relatório em que encontramos várias tendências que mostram a evolução dos VPSHR, o contexto, os vários níveis de colaboração das partes envolvidas e os grupos que trabalham em conjunto para alcançar um estágio de sustentabilidade”.



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Emídio Beula
Equipa Técnica: Emídio Beula , Ilídio Nhantumbo, Isabel Macamo, Julião Matsinhe, Janato Jr. e Ligia Nkavando.
Layout: CDD

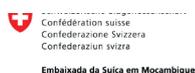
Contacto:
Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschield, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



PARCEIROS DE FINANCIAMENTO



Embaixada da Suíça em Moçambique



Kingdom of the Netherlands



National Endowment for Democracy
Supporting freedom around the world